



CPI no Senado investigará contas da Previdência

Requerimento para criação da comissão parlamentar de inquérito foi lido ontem no Plenário. Para que ela funcione, líderes dos partidos agora têm de indicar integrantes

Foi lido ontem no Plenário o requerimento de instalação de uma comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar a contabilidade da Previdência Social. O pedido, de Paulo Paim, recebeu a assinatura de 61 senadores. Paim acredita que os cofres da Previdência são

prejudicados por concessão de anistias, sonegação e dívidas não pagas por empresas. Na avaliação do senador, a identificação e a solução desses problemas resolveriam as questões de caixa e tornariam desnecessária a reforma previdenciária apresentada pelo governo ao Congresso. **3**



Paulo Paim conduz audiência sobre Previdência, ao lado de Regina Sousa

Audiência aponta que reforma prejudica trabalhador do campo

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, debatedores afirmaram que a reforma da Previdência proposta pelo governo atra-

palha os trabalhadores rurais, prejudica a economia dos pequenos municípios e favorece as empresas de previdência privada. **3**



Tasso e Garibaldi na CAE: comissão quer ouvir outros ministros sobre crise

Senadores ouvem hoje ministro da Agricultura sobre Carne Fraca

O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, fala hoje aos senadores sobre a Operação Carne Fraca. Ele participa de audiência das Comissões de

Agricultura e de Assuntos Econômicos para avaliar o impacto sobre o setor agropecuário e as medidas que o governo está tomando. **5**

Eunício: Congresso fará reforma política que país quer

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou que o momento atual é propício para que o Congresso Nacional faça a reforma política esperada pela sociedade. De acordo com ele, as mudanças na legislação eleitoral deverão ser discutidas e aprovadas até setembro, a tempo para que possam valer já nas eleições gerais de 2018. Segundo Eunício, porém, não há um projeto "pronto e acabado". "O Congresso está aberto, pronto para o debate e tem consciência de que esse debate precisa ser realizado e precisa ser efetivado", afirmou. **2**



O presidente do Senado, Eunício Oliveira, diz que reforma política é prioridade



De acordo com Randolfe Rodrigues, nenhum partido se manifestou contra a votação da proposta no Plenário

Fim do foro privilegiado está na pauta do Plenário

O Plenário deve dar início hoje às cinco sessões de discussão da proposta de emenda à Constituição que acaba com o foro privilegiado. A proposta foi inserida na pauta pelo

presidente do Senado, Eunício Oliveira, após acordo de líderes e requerimento apresentado por Randolfe Rodrigues, assinado por 50 senadores, que pede urgência para o texto. **4**

Carteira de trabalho digital será prioridade de comissão

A Comissão Mista da Desburocratização anunciou ontem a pauta de projetos para facilitar a vida do brasileiro. Entre eles, a proposta que

cria a carteira de trabalho digital e a que unifica em um só documento informações do RG, da carteira de motorista e do título eleitoral. **2**



Deputado Júlio Lopes, presidente, e senador Antonio Anastasia, relator

Anatel vai ser ouvida sobre reclamações de consumidores **8**

Debatedores pedem investimento de taxa na Zona Franca **7**

Salvador terá crédito de US\$ 52,5 milhões para o turismo **6**

Criação de parque no Pará afeta garimpo, diz especialista **4**

Comissão de Educação define plano de trabalho **5**

Congresso está pronto para reforma eleitoral, diz Eunício

Presidente do Senado afirmou que os parlamentares têm consciência de que mudanças no sistema precisam acontecer e garantiu que há disposição de alterar a lei eleitoral até setembro

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, enfatizou que os parlamentares têm consciência de que a reforma política precisa acontecer. Segundo ele, não há um projeto “pronto e acabado”, mas o momento atual oferece todas as condições para que o Congresso faça um grande debate e apresente o “caminho que a população brasileira espera”.

A avaliação foi feita na abertura do Seminário Internacional sobre Sistemas Eleitorais, realizado na sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

— O Congresso está aberto, pronto para o debate, e tem consciência de que esse debate precisa ser realizado e precisa ser efetivado. Se possível, ainda em torno de um projeto que una não apenas a política, mas também o sentimento dos eleitores do Brasil — afirmou Eunício.



João de Araújo/Agência Senado

Momento atual é ideal para o Congresso debater a reforma, afirmou Eunício

O presidente do Senado lembrou que, pela regra constitucional, mudanças na legislação eleitoral somente podem entrar em vigor se forem aprovadas um ano antes do pleito:

— Nós estamos inteiramente abertos e com disposição de alterarmos essas leis, se possível, até o mês de setembro, portanto um ano antes, como determina a lei eleitoral

brasileira — estimou.

Os senadores Romero Jucá (PMDB-RR) e Ronaldo Caiado (DEM-GO) também participaram do evento.

O seminário foi promovido pelo TSE em parceria com a Câmara dos Deputados e com apoio do Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral.

(Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado)

Verdade prevalecerá, afirma senador sobre buscas da PF

Em entrevista a jornalistas, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, comentou a etapa da Operação Lava Jato, da Polícia Federal, que cumpriu ontem 14 mandados de busca e apreensão em Pernambuco, Alagoas, Brasília, Bahia e Rio de Janeiro. Segundo ele, a verdade prevalecerá:

— No ano de 2014, quando fui candidato a governador do estado do Ceará, autorizei que fossem buscadas contribuições eleitorais dentro da lei. Portanto, estou muito tranquilo. Sei que os fatos serão apurados pelo Supremo Tribunal Federal. O lugar adequado é lá e o inquérito é o processo natural. Tenho convicção de que a verdade será restabelecida — disse.

Os mandados foram baseados nos depoimentos de delação premiada de executivos da Odebrecht e autorizados pelo ministro Luiz Edson Fachin, do STF. Em Brasília, a PF fez buscas na empresa Confederal, de transporte de valores.

Nota à imprensa

O advogado do senador Eunício Oliveira, Aristides Junqueira Alvarenga, emitiu nota à imprensa ontem. Eis a íntegra da nota:

A propósito das buscas e apreensões realizadas hoje (21), supostamente decorrentes de delações premiadas, o presidente do Senado Federal, Eunício Oliveira, tem a informar:

- No ano de 2014, durante o processo eleitoral, autorizei que fossem solicitadas doações, na forma da lei, à sua campanha ao governo do estado do Ceará.
- O pedido de abertura de inquéritos no Supremo Tribunal Federal, destinados a apurar versões de delatores, cujos conteúdos desconheço, é o caminho natural do rito processual.
- O senador tem a convicção que a verdade dos fatos prevalecerá.

Aristides Junqueira Alvarenga
Advogado — OAB-DF 12.500

José Medeiros destaca participação popular pelas redes sociais

José Medeiros (PSD-MT) disse que tem recebido, pela internet e pelas mídias sociais, sugestões, pedidos de explicações e informações sobre a política e os rumos da economia.

O senador afirmou que recebe, diariamente, cerca de 2 mil e-mails. Ele citou mensagens sobre os prazos das reformas tributária, previdenciária, trabalhista e política, o fim do Estatuto do Desarmamento e do foro privilegiado.

— São participações importantes para o nosso mandato.



Jefferson Rudy/Agência Senado

João Alberto registra Dia Internacional da Síndrome de Down

João Alberto Souza (PMDB-MA) registrou a passagem do Dia Internacional da Síndrome de Down, celebrado ontem. Ele destacou a realização de uma mesa-redonda sobre o tema organizada pela Universidade Ceuma, em São Luís.

Discussões como essa, disse, ajudam a superar estigmas e a promover a inclusão social. Para o senador, os portadores da síndrome de Down merecem toda a atenção também por parte do poder público.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Lídice ressalta luta pelo fim da discriminação racial

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) destacou o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, celebrado ontem.

Lídice entregou ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, relatório com resultados da CPI sobre o assassinato de jovens no Brasil, encerrada em 2016. Entre 2002 e 2012, disse, os assassinatos de jovens negros no país aumentaram 32%. Ela também pediu a instalação, no Senado, do Observatório da Violência Racial.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Comissão da Desburocratização define prioridades de trabalho

A Comissão Mista da Desburocratização vai debater propostas e ações que tenham o objetivo de facilitar a vida dos cidadãos. Uma delas pode se tornar realidade em breve e terá o apoio do colegiado. O presidente da comissão, deputado Julio Lopes (PP-RJ), disse ontem que já foram iniciados entendimentos com o Ministério do Trabalho para o lançamento da carteira de trabalho digital. Segundo ele, a nova carteira poderá ser lançada em 1º de maio e funcionará como alternativa à versão em papel.

— Que o trabalhador possa acessar pelo seu telefone todos os seus documentos do trabalho e portá-la consigo o tempo todo, sem que seja necessária aquela escrituração em papel que não só é demorada como é cara e lenta. Então nós vamos acelerar muito a questão das documentações relativas ao trabalho — acrescentou.

Outro tema prioritário para o colegiado é a aprovação da Identidade Civil Nacional (PLC 19/2017, no Senado, e PL 1775/2015, na Câmara).

O projeto que unifica as informações sobre RG, carteira de motorista e título de eleitor, entre outros, em um só documento já foi aprovado na Câmara e está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

Relator na CCJ e na Comissão de Desburocratização, o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) defende o texto:

— Depois de tantos anos, nós vamos ter no Brasil, me parece, uma identidade baseada na biometria com a participação ativa especialmente da Justiça Eleitoral e dos cadastros que nós já temos. O Brasil tem muitos cadastros que não conversam entre si. Certamente o trabalho da comissão vai facilitar que esses cadastros dialoguem entre si — disse.

Anastasia anunciou outras prioridades, como a redução do tempo necessário para a concessão de patentes sobre remédios e a simplificação das normas para abertura e fechamento de empresas.

O plano de trabalho da comissão deve ser apresentado nos próximos dias.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CI Teste em animais**
8h30 Na pauta da comissão, projeto que proíbe o uso de animais em testes de produtos cosméticos.
- CDR Cronograma de atividades**
8h30 A comissão define o funcionamento do colegiado, analisa requerimentos e lança publicação sobre a avaliação de políticas públicas sobre aviação, feita pela CDR, em 2016.
- CAS Saúde**
9h Entre os projetos em análise na comissão, o que reabre prazo para renegociação de dívidas das entidades de saúde filantrópicas e o que garante ultrassonografia mamária no SUS.
- CCJ União gay**
10h A comissão vota, em turno suplementar, projeto que permite o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo.

- CDH Facilidade para adoção**
11h A comissão analisa projeto que facilita o processo de adoção.
- CRA/CAE Carne Fraca**
14h O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, participa de audiência conjunta sobre a Operação Carne Fraca, da PF.
- PLENÁRIO Foro privilegiado**
14h A PEC do Fim do Foro Privilegiado está na pauta para debate.
- MP 755/2016 Fundo Penitenciário**
14h30 Audiência para debater a MP, sobre recursos do Fundo Penitenciário.
- MP 756/2016 Meio ambiente**
14h30 Debate sobre a MP, que altera unidades de conservação ambiental no Pará.
- MUDANÇAS CLIMÁTICAS Comando**
14h30 Instalação dos trabalhos da comissão e eleição do presidente e do vice.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
• **Alô Senado:** 0800 612211
• **Acompanhe:** • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
• TV: senado.leg.br/TV

Senado terá CPI para investigar Previdência

Com o apoio de 61 senadores, a comissão se destina a investigar dívidas com a Previdência e casos de sonegação e concessão de anistia, que podem ter prejudicado o setor

FOI LIDO ONTEM no Plenário o requerimento de instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a contabilidade e a situação fiscal da Previdência Social. De autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), o requerimento teve o apoio de 61 senadores. Para ser instalada uma CPI, são necessárias no mínimo 27 assinaturas.

Paim quer verificar as dívidas de grandes empresas com a Previdência, a sonegação e a concessão de anistias, as desonerações e as desvinculações tributárias que teriam provocado o desabastecimento do caixa do setor nos últimos anos.

Segundo o requerimento, o foco da CPI será não apenas os valores que deixaram de ser aplicados, mas também quem se beneficiou disso.

Indicações

Com a leitura do requerimento no Plenário, os líderes partidários já podem indicar os integrantes da CPI, que será composta de sete titula-



Manifestantes acompanham Paim (C) e Fátima (2ª à dir.) na apresentação do pedido de abertura da CPI da Previdência

res e cinco suplentes. Não há prazo determinado para que as indicações sejam feitas ou para a instalação da CPI após a escolha dos indicados. Caso haja demora excessiva das lideranças, o presidente do Senado pode, a seu próprio critério, indicar os nomes.

A CPI só poderá ser instalada quando todos os membros titulares estiverem nomeados. Paim disse esperar que os

trabalhos sejam iniciados até a metade de abril.

De acordo com o requerimento, a comissão de inquérito terá prazo de 120 dias para a realização dos trabalhos, prorrogáveis por igual período.

— O objetivo da CPI é a verdade. Mostrar primeiro que há superavit, combater a fraude, a sonegação e a corrupção — declarou Paim.

Mais cedo, ao protocolar

o pedido de criação da CPI na Mesa Diretora, Paim foi acompanhado por sindicalistas e manifestantes, que gritavam palavras de apoio à investigação.

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) participou do ato e destacou a adesão favorável da bancada feminina à ação.

— Todas as 13 senadoras assinaram o requerimento. Isso mostra o entendimento

que se tem de que a proposta de reforma da Previdência é um atentado aos interesses do povo, do trabalhador brasileiro, mas em especial a nós, mulheres — disse a senadora.

Segundo dados apresentados por Paim, uma enquete realizada pelo DataSenado no início deste mês indicou que 93% dos internautas entrevistados são favoráveis a uma investigação sobre os custos da Previdência.

A maioria (87%) também acredita que a CPI auxiliará no debate da reforma previdenciária.

Audiências

Além da CPI, Paulo Paim tem conduzido, junto com a presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), senadora Regina Sousa (PT-PI), um ciclo de debates sobre as reformas previdenciária e trabalhista.

— A questão da reforma da Previdência não é partidária, não é ideológica. É uma preocupação que todos nós temos — ressaltou Paim.

Trabalhador rural será prejudicado por reforma, diz senadora

A audiência pública realizada ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para discutir as reformas previdenciária e trabalhista foi marcada pelo receio de que as medidas prejudiquem os trabalhadores, sobretudo os rurais.

A reunião fez parte de um ciclo de debates e foi conduzida pelos senadores Regina Sousa (PT-PI) e Paulo Paim (PT-RS), presidente e vice da comissão, respectivamente.

Regina fez um relato das reuniões que tem realizado nos fins de semana em pequenos municípios do Piauí e na Região Nordeste em geral. A senadora manifestou preocupação com o impacto que a reforma da Previdência poderá

ter nos pequenos municípios nordestinos. Segundo ela, tem crescido a consciência entre os trabalhadores rurais de que eles não vão mais se aposentar.

— Essa reforma pode ter um impacto desastroso na agricultura familiar e quebrar a economia de muitas cidades.

Seguridade

A senadora citou um estudo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita (Anfip) segundo o qual 70% dos municípios brasileiros movimentam mais recursos da Seguridade Social do que do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A proposta de reforma, que está em discussão numa comissão especial na Câ-

mara dos Deputados, iguala os trabalhadores rurais aos urbanos, colocando como requisitos mínimos para a aposentadoria 65 anos de idade e 49 anos de contribuição. Para Regina Souza, essa regra vai desincentivar o trabalho na roça, já visto como indesejado por boa parte da nova geração.

— Vai aumentar ainda mais o êxodo rural e inflacionar o preço dos alimentos.

O deputado Bohn Gass (PT-RS) avaliou que a reforma da Previdência, combinada com a precarização do trabalho causada pela reforma trabalhista e pela liberação indiscriminada das terceirizações, tornará, na prática, impossível o acesso à aposentadoria para a maior parte dos brasileiros.

Para sindicalistas, mudanças beneficiam previdência privada

Durante a audiência pública sobre a reforma da Previdência, o representante do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda (Sinprofaz), procurador Achilles Linhares, refutou a tese de que a Previdência seja deficitária. Para ele, o modelo proposto provocará adesão em massa à previdência complementar. Linhares avaliou que o verdadeiro objetivo do governo é justamente a privatização do sistema.

Devedores

Ele afirmou que sua categoria trabalha pela cobrança não só dos grandes devedores da Previdência, mas dos relacionados à dívida ativa tributária como um todo, que já se aproxima de R\$ 2 trilhões. Segundo Linhares, a Procuradoria da Fazenda está sendo sucateada deliberadamente pelo governo, uma vez que, no seu entender, o dinheiro da sonegação irrigaria os caixa dois das campanhas eleitorais.

— A sonegação está próxima a R\$ 500 bilhões por ano e a dívida reconhecida com a Previdência também já é de R\$ 500 bilhões — afirmou.

Vice-presidente da Central do Servidor Público

(Pública), Rudinei Marques refutou a tese de que o país estaria quebrado e, por isso, a reforma da Previdência seria imprescindível. Para ele, se assim fosse, o Brasil não conseguiria rolar sua dívida nem continuar vendendo títulos públicos.

Marques informou também que apenas no caixa único do Tesouro Nacional há mais de R\$ 1 trilhão. Além disso, segundo ele, há mais US\$ 365 bilhões de reservas externas.

Na avaliação do secretário-geral da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), Lineu Mazzano, o objetivo real da reforma é garantir a reserva do mercado bilionário da Previdência ao rentismo.

Brasilprev

O senador Paulo Paim e Rudinei Marques reclamaram ainda durante a reunião do fato de o secretário de Previdência do governo, Marcelo Caetano, ser conselheiro de administração remunerado da Brasilprev, o maior fundo de previdência privada do país, que conta também com capital internacional em sua composição.



Regina Sousa (C) coordena debate sobre reformas com representantes dos trabalhadores e dos servidores públicos

Começa hoje discussão sobre foro privilegiado

Após acordo de líderes, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, inseriu a PEC que acaba com o foro privilegiado na pauta do Plenário

APÓS UM ACORDO entre os líderes dos partidos, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, informou que colocará em pauta a proposta de emenda à Constituição que acaba com o foro privilegiado no caso de crimes comuns. A decisão foi motivada por requerimento apresentado por Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e assinado por mais de 50 senadores. A primeira das cinco sessões de discussão da PEC 10/2013, de Alvaro Dias (PV-PR), está marcada hoje.

— Durante as sessões, teremos condições de ouvir as partes que tenham interesse na PEC, para que possamos dar encaminhamento de acordo com o desejo da maioria deste Plenário — afirmou Eunício.

Inicialmente, o pedido era para tramitação da PEC com calendário especial, que dispensa alguns prazos da votação. Depois, o acordo entre os líderes foi para alterar o pedido para regime de urgência, o que garantiria a apreciação da proposta em um prazo definido sem pular etapas na discussão. Como não há previsão regimental para a urgência na tramitação de PECs, o presidente tomou a iniciativa de incluir o texto na pauta.

— Na verdade, pelas manifestações em Plenário, ficou claro que é interesse de todo



Para Randolfe Rodrigues, as manifestações em Plenário mostraram que é interesse de todos os senadores votar a proposta

o Plenário votar a matéria. De todos os partidos aqui presentes, não vimos nenhuma manifestação em contrário — comemorou Randolfe.

Crimes comuns

O texto prevê o fim do foro privilegiado para todas as autoridades, inclusive o presidente da República, nas infrações penais comuns, assim como permite a prisão de membros do Congresso condenados em segundo grau nas infrações comuns. Hoje, eles são julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e só podem ser presos após condenação definitiva da Corte.

Para Alvaro Dias, a discussão está atrasada, já que o texto é de 2013, proposições semelhantes já foram discutidas antes. O senador usou dois argumentos para defender a PEC: além da

igualdade de todos perante a Justiça, ele afirmou que o STF não tem condições de julgar todas as ações.

— Não é por outro motivo que 68% das ações prescreveram nos últimos anos e que apenas menos de 1% dos julgados foi condenado pelo STF.

Discussão

Vários senadores se manifestaram favoravelmente à entrada do texto na pauta de discussões. Mas muitos deles defenderam um debate aprofundado devido à complexidade do tema. Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) propôs uma sessão especial no Plenário.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Jorge Viana (PT-AC), José Agripino (DEM-RN) e Ana Amélia (PP-RS) lembraram que a proposta não afeta apenas o Legislativo e que, por isso, precisa ser debatida com

outros segmentos. A líder do PT, Gleisi Hoffmann (PT-PR), disse que o partido é favorável à votação do texto. Reguffe (sem partido-DF) e João Capiberibe (PSB-AP) disseram que, em vários países, não há foro por prerrogativa de função.

Renan Calheiros (PMDB-AL) afirmou que, quando era presidente do Senado, nas manifestações de 2013, tentou pautar o tema, mas houve acusações de que o fim do foro significaria prejuízo às investigações.

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) discorda do texto:

— Tem de haver proteção ao mandato. Não é correto deputado federal ou senador ser denunciado por promotor em primeira instância. A denúncia deve ficar com Procuradoria-Geral da República.

Roberto Rocha (PSB-MA) concordou. Para ele, a extinção do foro deixaria os parlamen-

Romário destaca princípio de igualdade perante a lei

Romário (PSB-RJ) criticou o foro privilegiado, que, para ele, é usado como artifício para burlar a Justiça. Ele sublinhou a importância do princípio constitucional da igualdade diante da lei. Segundo o senador, a Operação Lava Jato contribuiu para revelar privilégios usados por quem quer escapar dos crimes.



Romário disse que poucos processos contra políticos no STF resultaram em condenações:

— Ainda há tempo de fazer a mudança antes da próxima eleição e impedir que nossa democracia seja colocada a serviço de quem só pensa em escapar das grades.

tares à mercê de denúncias feitas por promotores de primeira instância.

— Insisto na ideia que foi defendida pelo ministro Barroso [Luís Roberto Barroso, do STF] e tantos outros juristas: a criação de varas especializadas nos tribunais regionais federais, sendo que esses titulares e suplentes teriam dois anos improrrogáveis de mandato. Assim, a gente poderia garantir o que não tem hoje, que é o duplo grau de jurisdição.

Criação de parque e de floresta nacional no Pará gera polêmica

A ampliação de áreas de conservação ambiental no Pará pode gerar conflitos sociais, por atingir regiões onde ocorre a exploração de garimpo. A avaliação é da representante do Ministério de Minas e Energia, Maria José Salum, que participou ontem de audiência pública na comissão mista encarregada de emitir parecer sobre a Medida Provisória (MP) 756/2016.

A MP altera os limites atuais

do Parque Nacional do Rio Novo, localizado nos municípios de Itaituba e Novo Progresso, e da Floresta Nacional do Jamanxim, localizada no município de Novo Progresso. Também cria a Área de Proteção Ambiental (APA) do Jamanxim, que será administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Maria José defendeu a revisão da MP como forma de

conciliar exploração mineral e conservação ambiental.

— A ampliação do Parque Rio Novo é incompatível com a porção que atinge a Floresta Nacional do Jamanxim, onde a atividade mineral é permitida. Criaremos grande conflito na região. Queremos regularizar os garimpos e permitir pesquisa de ouro. Mesmo que consigamos acordo com o Instituto Chico Mendes, há

questão jurídica pendente, em termos de possibilidade de mineração numa área de floresta nacional — afirmou.

Paulo Carneiro, do Instituto Chico Mendes, disse que a proposta contida na MP é fruto de longo processo que teve início em 2006, no reordenamento de plano de prevenção e combate ao desmatamento na Amazônia.

— As áreas em que o garimpo era permitido ficaram dentro do parque. Vamos entender o impacto disso e ver como isso pode ser apresentado em proposta futura — propôs.

Vice-governador do Pará, Zequinha Marinho disse que a MP promove “intervenção branca no território estadual” e cria área de proteção em um local que era livre para produzir.

Presidente da comissão mista, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que a questão ambiental “não se sustenta se não levar em consideração o bicho homem”.

— É preciso que se encontre algo que atenda aos dois lados.

Adiada votação de proposta que proíbe impacto em contratos

Após debate em Plenário sobre a votação da PEC 111/2015, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, retirou a proposta da pauta de ontem. A PEC proíbe a edição de medidas provisórias que causem desequilíbrio econômico-financeiro de contratos firmados pela administração pública com particulares ou órgãos.

Os senadores não chegaram a consenso sobre qual versão votar: o texto original, de Renan Calheiros (PMDB-AL), ou o substitutivo, de Romero Jucá (PMDB-RR). Para o autor, a mudança trará mais segurança jurídica, aumentando a possibilidade de investidores estrangeiros aportarem no país. O substitutivo de Jucá retira da proibição temas tributários e financeiros, para que o governo não perca o poder de editar mudanças urgentes, como planos econômicos.



O relator, deputado José Priante, e o presidente, senador Flexa Ribeiro



Blairo Maggi, da Agricultura, participa de audiência pública conjunta para dar informações sobre irregularidades e avaliar impacto da crise no setor agropecuário nacional

Ministro fala hoje a senadores sobre Carne Fraca

O MINISTRO DA Agricultura, Blairo Maggi, participa de audiência pública conjunta das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Assuntos Econômicos (CAE) hoje, às 14h. O ministro vai prestar informações aos senadores sobre a Operação Carne Fraca e sobre as medidas tomadas pelo governo.

A operação foi deflagrada pela Polícia Federal (PF) na última semana para desmontar esquema de liberações de licenças e fiscalizações irregulares em frigoríficos do país.

Ontem a CAE decidiu convidar três ministros para prestar esclarecimentos sobre os fatos e avaliar os impactos da operação. Além de Maggi, que é senador licenciado, serão convidados o ministro da Indústria e Comércio Exterior, Marcos Pereira, e o ministro da Justiça, Osmar Serraglio, cujo nome apareceu em gravação de conversa, efetuada durante a investigação, com um dos suspeitos de comandar o esquema no Paraná.

Como a CRA já havia programado a vinda de Blairo Maggi à comissão hoje, para debater temas relativos à agropecuária, houve acordo para que a audiência pública fosse feita em conjunto com a CAE. Os outros ministros serão convidados para outras audiências, que ainda terão as datas definidas.

Setor produtivo

Os requerimentos para as audiências públicas da CAE também incluem representantes do setor produtivo da cadeia da carne no agronegócio e foram aprovados pela comissão depois de intensa polêmica. Quase todos foram propostos

por Gleisi Hoffmann (PT-PR). Para a senadora, a comissão não podia deixar de lado o assunto, diante da gravidade dos fatos investigados pela PF, a despeito da “espetacularização” envolvida na divulgação. Gleisi mencionou os impactos sobre a cadeia produtiva de carnes, que vem garantindo ao país forte posição no mercado internacional.

— Estamos falando de uma operação que tem alto impacto na economia brasileira. Países estão suspendendo as importações — justificou.

Muitos senadores governistas concordaram de imediato com o convite aos ministros da Agricultura e do Comércio Exterior, mas tentaram resistir à aprovação do requerimento, também de Gleisi, para que Serraglio viesse à comissão. Alegaram que havia motivação política, na medida em que a CAE deveria tratar apenas dos fatos econômicos associados à operação, limitando-se a seu campo temático. Mesmo assim, o requerimento foi aprovado.

Apesar das resistências, acabou também sendo aprovado convite para que o diretor-geral da Polícia Federal, Leandro Daiello, preste esclarecimentos à comissão.

A ideia é reunir no debate com o ministro do Comércio Exterior também os dirigentes da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). A presença das entidades foi pedida por requerimento de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela



Saulo Cruz/Câmara dos Deputados

Frigorífico de aves: representantes do setor produtivo também devem participar de debates programados pela CAE

Ana Amélia elogia ação contra a corrupção, mas defende setor produtivo

A Operação Carne Fraca deveria ter sido focada na corrupção, e não na qualidade da carne. A análise é de Ana Amélia (PP-RS), que também criticou as fragilidades da ação da Polícia Federal que podem comprometer não apenas o coordenador da operação — o delegado Maurício Moscardi Grillo —, mas a instituição responsável pela investigação.

A senadora afirmou não ser possível fazer vistas grossas a denúncias de práticas corruptas, mas disse que não é razoável aceitar que esse combate aos maus servidores públicos reflita tão negativamente em toda uma cadeia de produção, como a da carne.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Kátia Abreu critica condução da operação pela Polícia Federal

Kátia Abreu (PMDB-TO) defendeu ontem a votação do projeto da lei de abuso de autoridade, depois da Operação Carne Fraca, da Polícia Federal, classificada por ela de “festival de horrores”.

Apesar de criticar a condução da operação, a senadora, ex-ministra da Agricultura e ex-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, cobrou a punição dos servidores envolvidos.

— Trinta e três servidores não podem manchar o Ministério da Agricultura. São 2.700 fiscais agropecuários e uma corja pequena de 33 pessoas que querem manchar uma das coisas mais preciosas do país.



Jane de Araújo/Agência Senado

Raupp alerta para efeitos da crise no agronegócio nacional

Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que casos pontuais de irregularidade não podem chegar ao conhecimento da sociedade de forma distorcida, como ocorreu na Operação Carne Fraca. Apesar de envolver menos de 1% dos frigoríficos do país e número pequeno de fiscais agropecuários, o problema terá grande impacto no agronegócio, avaliou.

Raupp disse ainda desconhecer por qual motivo seu nome está envolvido em operação da Polícia Federal deflagrada ontem. Para ele, não é justo que informações como essa sejam divulgadas, sem que ele tenha condições de se manifestar a respeito.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Comissão de Educação atuará com transparência, diz Lúcia Vânia

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) definiu ontem o plano de trabalho do colegiado para 2017 e a metodologia e os ritos a serem adotados.

A presidente da comissão, Lúcia Vânia (PSB-GO), afirmou que os trabalhos do colegiado serão conduzidos com total transparência e “sem açodamentos”. A senadora explicou que serão votadas apenas as propostas que estiverem na pauta. Dessa forma, somente será aceita a inclusão de itens extrapauta em caráter de urgência e de inquestionável relevância.

De acordo com diagnóstico apresentado pela senadora, existem quase 170 projetos de lei em tramitação na comissão, sendo 140 projetos de lei do Senado e 29 da Câmara. Por

isso, Lúcia Vânia decidiu limitar as reuniões a, no máximo, dez audiências públicas para tratar de assuntos temáticos, “desde que o assunto seja a educação em sua essência”, ressaltou.

Fátima Bezerra (PT-RN),

que integra a Comissão de Educação e também é presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), pediu que fosse incluído “como ponto prioritário” da próxima reunião da CE a discussão do Projeto de Lei do

Senado (PLS) 212/2016, que cria o primeiro marco regulatório da leitura e da escrita.

Lúcia Vânia apresentou proposta para que o horário das reuniões da comissão fosse alterado para garantir o quorum necessário à realização dos trabalhos, que estão programados para as terças-feiras, às 11h.

Ocorre que as reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) serão realizadas no mesmo dia da semana, às 10h. Como vários senadores participam das duas comissões, o espaço de uma hora entre os dois eventos gerou temor de esvaziamento da reunião da CE.

Sem consenso sobre o novo horário, a presidente da CE decidiu que consultará todos os membros da comissão por

escrito para que a maioria seja ouvida, antes de tomar uma decisão.

Agências reguladoras

Na reunião de ontem foi aprovado ato que sistematiza a escolha de candidatos a cargos em agências reguladoras, seguindo o estabelecido no Regimento Interno do Senado. A votação será secreta. Além disso, o painel eletrônico de votação só será liberado quando o sabatinado concluir sua exposição e depois de responder a todos os questionamentos dos senadores.

Essas medidas já serão aplicadas na sabatina de Sérgio Sá Leitão, indicado pelo Executivo para ocupar uma das quatro diretorias da Agência Nacional de Cinema (Ancine).



Reque de Sá/Agência Senado

Lúcia Vânia (D) disse que 170 projetos de lei aguardam deliberação da comissão

Aprovada permissão de empréstimo para Salvador

Segue para promulgação projeto que permite operação de crédito externo de US\$ 52,5 milhões, que deverão ser aplicados no desenvolvimento do turismo da capital baiana

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem a contratação de operação de crédito externo no valor de US\$ 52,5 milhões entre o município de Salvador, o estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos se destinam ao financiamento parcial do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo em Salvador (Prodetur-Salvador).

A operação, que consta do Projeto de Resolução do Senado 18/2017, conta com a garantia da União. O projeto segue para promulgação.

A proposta havia sido aprovada ontem pela manhã na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde recebeu parecer favorável do relator,

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE). O senador ressaltou parecer da Secretaria do Tesouro Nacional mostrando a capacidade de pagamento da prefeitura como suficiente — o município está classificado na categoria B+, o que equivale a uma situação fiscal boa e risco de crédito médio.

Ricardo Ferraço (PSDB-ES), José Agripino (DEM-RN), Ataídes Oliveira (PSDB-TO) e Ronaldo Caiado (DEM-GO) destacaram a situação financeira da prefeitura de Salvador, que consideraram boa. Otto Alencar (PSD-BA) e Lídice da Mata (PSB-BA) manifestaram expectativa de que sejam votados também empréstimos solicitados pelo governo baiano.



Fernando Bezerra apresentou relatório favorável à operação, ressaltando que o município tem capacidade de pagamento

Comissão cria grupos para avaliar economia e tributos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) criou um grupo de trabalho de senadores para avaliar reformas microeconômicas que facilitem o investimento e a geração de emprego e renda. Também foi criado um grupo para avaliar a funcionalidade do sistema tributário nacional. Os requerimentos de criação dos dois grupos foram apresentados pelo presidente da comissão, Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Tasso afirmou que a expressão custo Brasil mostra como é complexo empreender no país. Segundo o senador, “há várias razões para que seja custoso empreender no Brasil”. Ele citou a insegurança jurídica, a burocracia, as deficiências regulatórias e os juros bancários.

— Esse grupo [das reformas microeconômicas] tem por objetivo identificar as dificuldades e oferecer soluções que facilitem a atividade empreendedora no Brasil, a fim de gerar mais empregos e renda — acrescentou.

Indicado para presidir o grupo, Armando Monteiro (PTB-PE) afirmou que a estagnação da produtividade decorre de “cenários complexos na área tributária e nos campos das

relações do trabalho e do comércio exterior”.

Armando concordou com o diagnóstico de Tasso quanto à insuficiência de marcos regulatórios e disse que há muito a fazer para criar um ambiente de negócios “mais propício, mais amigável aos investimentos e, sobretudo, ao estímulo à atividade econômica”.

Ele defendeu a necessidade de construir no Brasil “um novo padrão de financiamento”, que passa pela discussão do custo de capital e da intermediação financeira. Armando considerou “patologia” o fato de essas margens de intermediação financeira no Brasil estarem muito acima de qualquer padrão internacional.

Um dos desafios para enfrentar o problema, disse o senador, é o grau de concentração bancária no Brasil, onde cinco instituições respondem por 75% dos ativos financeiros. Para ele, é um nível de concentração “que não encontra paralelo em outros países”.

Impostos

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) vai coordenar o grupo de trabalho que avaliará a funcionalidade do sistema tributário

nacional, sua estrutura, seus componentes e o desempenho das administrações tributárias da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

O senador prometeu apresentar um plano de trabalho até terça-feira, com prazo determinado e já prevendo audiências. Seu objetivo é fazer “um diagnóstico amplo e seguro daquilo que é preciso enfrentar”.

Um dos pontos a serem trabalhados pelo grupo será a regulamentação da Lei Kandir, que desonera produtos destinados à exportação. A inclusão desse assunto na pauta foi solicitada por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que citou decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em uma ação direta de inconstitucionalidade por omissão proposta pelo Pará.

Segundo Flexa, nessa ação, o Supremo reconheceu a omissão do Congresso Nacional e determinou que a regulamentação da Lei Kandir seja feita até novembro deste ano. O senador disse que há praticamente duas décadas os estados exportadores de produtos primários são penalizados por não tributarem esse comércio.

Projeto flexibiliza obrigação de indicar presença de transgênicos

Um projeto de lei da Câmara que retira a obrigação de estampar, nos rótulos de produtos alimentares, o símbolo indicando a presença de ingrediente transgênico está na pauta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Do deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), o projeto (PLC 34/2015) flexibiliza a regra para a rotulagem de alimentos que contêm organismos geneticamente modificados, como óleo de soja, fubá e outros produtos derivados. O texto diz que a informação só deverá constar do rótulo quando os transgênicos compuserem acima de 1% do produto, após análise específica. O projeto elimina a obrigação de indicação do tradicional “T” dentro de um triângulo amarelo, que deve ser substituído pelas expressões “(nome do produto) transgênico” ou “contém (nome do ingrediente) transgênico”.

Em 2015, a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) rejeitou o projeto com base no parecer de Randolfe Ro-



Relator na CRA, Cidinho Santos deu parecer favorável à proposta

drigues (Rede-AP). Na CRA, o relator é Cidinho Santos (PR-MT), que apresentou relatório favorável à aprovação da proposta.

Depois de passar pela CRA, o projeto ainda terá de ser analisado pelas Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

A Comissão de Agricultura também pode votar o PLS 90/2014, dos senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e Cristovam Buarque (PPS-DF) e do ex-senador Pedro Simon. O texto amplia as áreas que poderão ser destinadas à reforma agrária.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Coordenadora-geral: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Setores da indústria e do comércio da Zona Franca de Manaus discutiram ontem com parlamentares MP que altera cobrança

Debatedores pedem que taxas da Suframa sejam investidas na região

PARLAMENTARES E DEBATEDORES pediram em audiência pública ontem que o dinheiro arrecadado com a cobrança de taxas administrativas na Zona Franca de Manaus seja convertido em investimentos para os estados da região. Os setores de comércio e indústria da Zona Franca se mostraram preocupados também sobre o impacto da cobrança das novas taxas.

A alteração da cobrança das taxas está prevista na Medida Provisória 757/2016, que foi debatida ontem em audiência promovida pela comissão mista que analisa a MP. A medida foi editada no fim do ano passado após o Supremo Tribunal Federal (STF) considerar ilegal a Taxa de Serviços Administrativos (TSA) cobrada na Zona Franca.

Para substituir a TSA, a MP estabelece duas taxas administrativas cobradas para custeio das atividades da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). A Taxa de Controle de Incentivos Fiscais e a Taxa de Serviços serão cobradas dos estabelecimentos que têm benefícios fiscais, tanto na indústria quanto no comércio.

Além de regulamentar a cobrança das taxas, a MP prevê que a importação de mercadorias ou a entrada de produtos nacionais na Zona Franca de Manaus, nas áreas de livre comércio ou na Amazônia Ocidental deverá ser licenciada ou registrada pela Suframa.

Impactos

O representante da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Raphael Oliveira, disse que a MP “pesa e altera” o funcionamento das empresas. Para ele, a Suframa deve atuar como uma agência de desenvolvimento, e não apenas como administradora de incentivos fiscais.

Oliveira pediu análise criteriosa sobre a cobrança das novas taxas, pois estudos, disse, apontam que o valor a ser cobrado será maior que o já praticado.

O coordenador da Comissão de Tributos do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Moisés Ferreira da Silva, disse que a MP gerou “um certo pânico” para a indústria

da região. Para Silva, a nova forma de cobrança atrapalha a rotina da indústria. Ele sugeriu que o fato gerador seja alterado do momento do registro, como prevê a MP, para o momento em que a mercadoria efetivamente entra na Zona Franca.

— Concordamos com a cobrança, mas precisamos ajustar o momento do fato gerador. Da forma como está, essa cobrança trava as empresas — disse Silva, que ainda pediu mais prazo para o recolhimento das taxas.

O diretor da Federação do Comércio do Estado do Amazonas (Fecomércio-AM), José Fernando Pereira da Silva, pediu tratamento diferenciado entre o comércio e a indústria. Também sugeriu um escalonamento da cobrança da taxa, conforme os valores do produto.

Na mesma linha, o presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Manaus, Ralph Assayag, apontou que o comércio será prejudicado com a nova forma de cobrança da taxa.

— Em alguns casos, o valor da taxa vai dobrar. Pedimos uma revisão, de forma que a nova taxa tenha o limite percentual da taxa anterior. Do contrário, poderemos perder força de venda e até demitir funcionários — alertou Assayag.

Retorno

Para o senador Omar Aziz (PSD-AM), a discussão da MP é importante diante do momento delicado que a região amazônica vive. Ele sugeriu que um percentual dos recursos arrecadados com as taxas seja destinado para investimentos na região.

— Quando uma crise se abate sobre o Brasil, o Amazonas é o primeiro [estado] a entrar e o último a sair. É importante ter o discernimento de não massacrar ainda mais o comércio e a indústria da região amazônica — pediu.

Raphael Oliveira, da Fieam, também pediu que os recursos possam se transformar em benefícios para a região.

O relator-revisor, deputado Átila Lins (PSD-AM), disse que a verba arrecadada com as taxas deve ficar livre das medidas de contingenciamento.

Para a deputada Conceição Sampaio

(PP-AM), a cobrança das taxas deve ser feita sob a ótica da “justiça social” e transformada em investimentos para a população mais carente da região.

Já o deputado Remídio Monai (PR-RR) pediu soluções para que esses recursos também cheguem a Roraima.

Alterações

O procurador federal da Suframa, Bruno Bisinoto, disse que a MP foi feita com cuidado, para evitar questionamentos jurídicos. Ele sinalizou que a cobrança no momento do ingresso do produto na região, como pedido pelos debatedores, é uma alteração possível dentro da MP. Outra mudança que pode ser feita seria a criação de patamares da cobrança.

Bisinoto explicou que o texto procura detalhar as competências da Suframa e estabelecer de forma clara os fatos geradores. Ele admitiu que alguns setores do comércio já estão reclamando da cobrança, mas disse que a MP também prevê uma gama de isenções.

— Não estamos criando uma cobrança nova. Estamos apenas normalizando, do ponto de vista jurídico, a cobrança das taxas — declarou o procurador, lembrando as ações do STF.

A relatora da MP, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), disse que as audiências são importantes, pois ajudam “a formatar uma nova proposta” que deverá sair da comissão. Segundo ela, há ajustes que ainda precisam ser feitos, como o momento do fato gerador e a diferenciação da cobrança entre o comércio e a indústria.

Vanessa ressaltou, porém, que a MP não aumenta a carga tributária, já que as taxas previstas na medida vêm para substituir as antigas questionadas pelo STF.

— O que tivermos de corrigir, corrigiremos. Será sempre para baixo e nunca para cima — prometeu a senadora.

O senador Paulo Rocha (PT-PA), vice-presidente da comissão, anunciou que os governadores dos estados da região amazônica serão convidados para outras audiências. A MP tem validade até 30 de março, mas deve ser revalidada por mais 60 dias.

Gleisi destaca papel de Lula na transposição do Rio São Francisco

Gleisi Hoffmann (PT-PR) lembrou ontem em Plenário o papel de Lula na transposição do Rio São Francisco. Segundo ela, havia 50 mil pessoas no evento do dia 19 na Paraíba com os ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff, em reconhecimento pela realização da obra.



Para Gleisi, o vínculo de Lula com o povo é uma “coisa química” e ele tem sido alvo de uma grande campanha contrária por ter feito uma “revolução” em favor dos mais pobres.

Fátima vê gratidão do povo nordestino a ex-presidentes petistas

De acordo com a senadora Fátima Bezerra (PT-RN), o povo nordestino demonstrou gratidão aos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff pela execução da transposição do São Francisco. Segundo ela, a obra era prometida desde o período imperial.

— Mas foi preciso que um migrante nordestino, que aos 7 anos de idade já carregava balde d’água na cabeça, chegasse à Presidência da República para que as obras de transposição saíssem do papel. O projeto vai beneficiar 12 milhões de pessoas em 390 municípios.

Para Humberto Costa, alteração no curso do rio é legado dos governos do PT

Humberto Costa (PT-PE) informou ontem ter estado na Paraíba com os ex-presidentes Lula e Dilma no dia 19 para a “inauguração popular” do Eixo Leste da transposição do São Francisco, segundo ele, “a maior obra hídrica realizada no país”. Ele criticou a inauguração oficial pelo presidente Michel Temer.



— O presidente sem voto esteve lá para tentar mudar a verdadeira história e assumir uma obra feita por outros.

Vanessa: ninguém fez mais pelo Norte e pelo Nordeste do que Lula

Ao discursar sobre “inauguração popular” da transposição do São Francisco, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que ninguém fez mais pelo Norte e pelo Nordeste que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

— No olhar daqueles nordestino e nordestina mais humildes vi que a esperança eles não conseguiram levar. A esperança eles não conseguiram tirar das pessoas. Eu tenho convicção de que em breve retomaremos um desenvolvimento preocupado com a qualidade de vida das pessoas.



O vice-presidente da comissão, Paulo Rocha (C), e a relatora, Vanessa, coordenam audiência com representantes da Suframa e de associações da região

Anatel deverá explicar atendimento a reclamações de consumidores

De acordo com o ouvidor, Aristóteles dos Santos, há na Agência Nacional de Telecomunicações cultura de resistência às demandas do cidadão

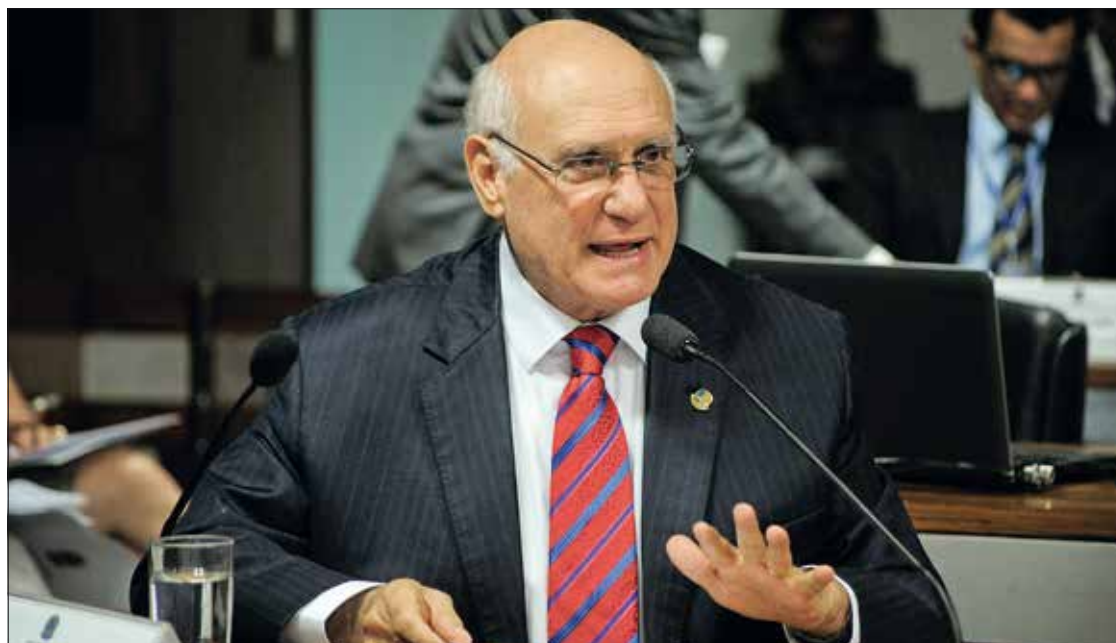
AS DEFICIÊNCIAS NO atendimento às demandas dos usuários de serviços de telefonia colocam o setor no topo do ranking de reclamações dos consumidores. A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) quer saber o que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) tem feito para mudar esse quadro.

Em reunião ontem, os senadores da CI aprovaram requerimento de Lasier Martins (PSD-RS) para realização de audiência pública com Juarez Quadros, presidente da Anatel, para discutir problemas apontados em relatório que a ouvidoria do órgão submeteu à comissão.

No documento, o ouvidor da agência, Aristóteles dos Santos, diz haver na Anatel uma cultura de “resistência implícita” às demandas dos consumidores. O direito legal de petição do cidadão na agência, afirma o ouvidor, tem sido desrespeitado.

— A ouvidoria considera que o modelo de atendimento ao consumidor, tanto pelas operadoras dos serviços quanto pela Anatel, é ineficiente, precisando ser estruturalmente reformulado — frisou Lasier.

Segundo ele, a Anatel dá como atendida uma reclamação que obteve protocolo de resposta, mesmo que o problema não tenha sido solucionado.



Para Lasier Martins, modelo da Anatel de atendimento ao consumidor é ineficiente e desrespeita os clientes de telefonia

— É o ouvidor denunciando aquilo que nós desconfiávamos, que não se considera a reclamação a não ser como uma formalidade — completou o senador gaúcho.

No relatório, também são apontados problemas decorrentes de cortes no orçamento da Anatel, que já teriam atingido “limites insuportáveis”, prejudicando atividades do órgão, como a fiscalização das operadoras.

Na opinião de Otto Alencar (PSD-BA), parte do problema está na concentração das ações em Brasília, onde está sediada a Anatel.

— É preciso que os estados tenham suas próprias agências de fiscalização ou, então, co-

locar uma filial da Anatel em cada estado. Como alguém no interior do Amazonas vai fazer uma denúncia e a central da Anatel vai atender, vai dar atenção? — questionou.

Ao apoiar o requerimento, Roberto Muniz (PP-BA) disse esperar que o presidente da Anatel apresente soluções para os problemas dos usuários.

— As empresas de Telecom são as mais acionadas pelos consumidores e eu queria ver qual é o plano que a Anatel tem para tirar essas empresas dos primeiros lugares nas listas do Procon.

Na mesma reunião, foi aprovado requerimento da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) para a realização

de seminário, em Manaus e em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), para discutir a participação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) no desenvolvimento da Região Norte.

No evento, será analisada a Medida Provisória 757/2016, que institui taxa de serviços, a ser cobrada de empresas beneficiadas pelos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus, para financiar parcerias com governos e instituições de ensino e pesquisa, para projetos de infraestrutura, produção, turismo, pesquisa e qualificação profissional.

A data do evento será anunciada pelas duas comissões.

Lúcia Vânia quer mudar concessões de transportes

Lúcia Vânia (PSB-GO) defendeu mudanças na medida provisória que autorizou a prorrogação e a possibilidade de nova licitação de contratos de parceria nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário. Segundo ela, por causa da morosidade, a BR 153, que passa pelo estado de Goiás e está sob os cuidados da iniciativa privada, está sem investimentos há pelo menos dois anos, e a má qualidade da rodovia coloca em risco diário muitos motoristas.

AMP 752 está em discussão na comissão mista que deve dar parecer sobre a matéria.

Eduardo Amorim denuncia situação do IML de Sergipe

O senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) denunciou as condições precárias de funcionamento do Instituto Médico Legal (IML) de Sergipe. Segundo o senador, em recente inspeção da Vigilância Sanitária, foi constatada a falta de materiais básicos como máscaras, respiradores descartáveis e até espelhos para avaliação ginecológica.

— Até parece roteiro de filme de terror, mas é o que os servidores enfrentam todos os dias, no seu local de trabalho no IML — disse.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Para evitar reajuste, empresa de energia pode ganhar benefício

Projeto de Ângela Portela (PT-RR) garante compensação econômica às concessionárias de energia que atuam em estados cujas capitais estavam fora do Sistema Interligado Nacional (SIN) até 9 de dezembro de 2009. O PLS 423/2016 está em análise na Comissão de Infraestrutura (CI).

Ângela defende o uso de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para pagar dívidas que as concessionárias assumiram até 31

de dezembro 2015 em razão da compra de combustível para as usinas de geração.

A intenção é evitar que as concessionárias que operam sistemas isolados tenham que repassar as despesas com o combustível adquirido para os consumidores dessas áreas — quase todos os estados da Região Norte e parte do Centro-Oeste.

A energia produzida pelos sistemas isolados deriva de usinas térmicas a diesel ou

óleo combustível. No sistema interligado, predomina a geração por usinas hidrelétricas, com malha de transmissão conectando as diversas regiões.

Ao defender as compensações, a senadora destaca que o mais recente ciclo tarifário adotado pelo governo já reduziu o nível de subsídios nas tarifas de energia nos sistemas isolados. Por conta disso, afirma, as populações dessas áreas já estão pagando mais caro pela energia consumida.

Ângela observa que as regiões “marginalizadas” do sistema nacional, que dependem das usinas a diesel ou óleo combustível, são abastecidas por energia “muito dispendiosa e de baixa qualidade”. Segundo ela, as populações são forçadas a conviver com usinas poluidoras, que operam a um custo elevado, o que inviabiliza atividades econômicas e impede a geração tanto de emprego quanto de renda.

Historicamente, o custo a mais da geração de energia nos sistemas isolados já vem sendo parcialmente coberto com recursos da CDE. Na prática, o subsídio impacta as tarifas de todos os consumidores do país, para que os situados nas regiões isoladas não tenham que arcar com todo o peso da energia mais cara ali produzida.

A senadora diz, contudo, que a margem de subsídio vem se reduzindo e os consumidores estão começando a sentir o impacto da medida, o que

deve aumentar a partir dos próximos reajustes das tarifas.

O projeto aguarda indicação de relator na comissão. Depois da votação na CI, o texto seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde terá decisão terminativa.

Ângela Portela cobra do governo conclusão do Linhão de Tucuruí

Ângela Portela lamentou que o governo não dê prosseguimento às obras para concluir o Linhão de Tucuruí, que vai interligar Roraima ao sistema elétrico nacional.

Segundo ela, os entraves burocráticos entre Funai e Ibama já tinham sido superados, mas nada foi feito. Os investimentos anunciados no início do mês, disse, não contemplaram Roraima, o que deixará o estado dependente de termelétricas e da energia da Venezuela.



De acordo com Ângela Portela, a população do Norte e de parte do Centro-Oeste paga mais caro pela energia consumida

Edilson Rodrigues/Agência Senado